



---

## ACADEMIA NACIONAL DE ESTUDOS TRANSNACIONAIS

### AS AMAZÔNIAS "VERDE" E "AZUL" DE UM BRASIL MULTIFACETADO<sup>1</sup>

Rita de Cassia Oliveira Feodrippe<sup>2</sup>  
Flávia Silva Martinelli<sup>3</sup>

Nas últimas semanas, diversas notícias sobre a contaminação dos oceanos por plásticos ocuparam a imprensa nacional e internacional. A morte de uma baleia cachalote na costa espanhola acionou as atenções gerais quando um grupo de especialistas divulgou ter encontrado o equivalente a 29 quilos de sacos plásticos no estômago do mamífero<sup>4</sup>. O problema é apenas parte da ampla discussão que se apresenta acerca da saúde dos oceanos e sua relação com o desenvolvimento econômico dos países.

Acompanhando variadas ações multilaterais no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e de suas agências, o Brasil se insere com relevância na implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 (ODS 14 - "Vida debaixo d'água"). O perfil oceânico do país, cujo litoral se estende por mais de sete mil quilômetros de Norte a Sul<sup>5</sup>, demanda estratégias e ações combinadas

---

<sup>1</sup> O presente texto faz parte do Projeto Seção ODS realizado em conjunto pela ANET e Engajamundo e coordenado pelo Diretor Acadêmico da ANET, Guilherme Vitor de Gonzaga Camilo.

<sup>2</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval e bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense. Contato: ritafeodrippe@gmail.com.

<sup>3</sup> Bióloga, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Biologia Animal da Universidade Federal do Espírito Santo e componente do Comitê Facilitador da ONG Engajamundo.

<sup>4</sup> Reportagem da Revista Galileu em de 10 abr. 2018.

<sup>5</sup> Segundo dados do IBGE.



---

em nível multidisciplinar, levando em considerações tópicos de meio ambiente, economia, política e segurança.

A fim de contribuir para a expansão do pensamento marítimo brasileiro e da consciência social sobre o uso sustentável dos oceanos, essa seção do artigo se preocupa em apresentar o conceito de "economia azul". A reflexão é guiada pelo questionamento sobre a inserção da marca Amazônia Azul® nos esforços brasileiros de atender aos ODS da ONU. Explora-se a premissa de que a orientação correta de políticas nacionais para a preservação do mar depende, primordialmente, do conhecimento sobre as riquezas existentes na faixa marítima sobre a qual o país possui direito de exploração.

Envolvido desde o início nas negociações acerca dos ODS, o Brasil produziu um documento intitulado "Elementos Orientadores da Posição Brasileira". O relatório, publicado em setembro de 2014, destaca, na página 28, os recursos marinhos e oceânicos como elementos substantivos do desenvolvimento de sua estratégia de implementação dos Objetivos. Um dos pontos - "estabelecer Áreas Marinhas Protegidas" - está associado com o acordo entre o Ministério do Meio Ambiente e a Marinha do Brasil (MB), divulgado em março deste ano, acerca do desenho das áreas de proteção integral para conservação da biodiversidade marinha<sup>6</sup>.

Esse acontecimento aponta para a importância do diálogo interministerial e do trabalho conjunto entre diferentes atores, preocupados em ampliar a discussão sobre temas que impactam diretamente a sociedade. A percepção é a de que o Brasil possui interesse especial no cumprimento do ODS 14, em torno do qual se construiu a Conferência sobre os Oceanos, em junho de 2017<sup>7</sup>. Em termo consagrado pela MB, a identificação da "Amazônia Azul" como uma área rica em biodiversidade, comparável à floresta amazônica no Norte do país, permitiu a

---

<sup>6</sup> A temática é explorada em reportagem especial d'O Estadão, publicada em 13 mar. 2018.

<sup>7</sup> Para maiores informações sobre a Conferência, recomenda-se o sítio oficial do evento, disponível em: <https://oceanconference.un.org>.



---

expansão do conhecimento sobre a essencialidade dos mares para o desenvolvimento econômico brasileiro.

Cunhada em 2004 pelo Almirante Roberto de Guimarães Carvalho, a expressão faz referência à região sobre a qual o Brasil possui direitos marítimos para exploração de recursos vivos (pesca) e não vivos (petróleo e gás)<sup>8</sup>, o que implica também responsabilidade de proteção ambiental. A área coberta na Amazônia Azul pode chegar a aproximadamente 4,5 milhões de km<sup>2</sup>, conforme pleito do governo brasileiro na ONU<sup>9</sup>, o que equivaleria a mais da metade do território total brasileiro. Considerando que a demarcação (e proteção) das "fronteiras" marítimas está sujeita à capacidade de presença do Estado, a aplicação responsável de recursos orçamentários depende, primeiramente, do reconhecimento popular acerca da necessidade desses investimentos.

Exploração mineral, transporte marítimo, pesca e turismo são algumas das indústrias tradicionalmente marítimas, que respondem pelos imperativos energéticos, comerciais e alimentares de uma população de quase 300 milhões de habitantes. A dependência do mar exige o uso contínuo e sustentável de suas riquezas, além da compreensão holística sobre as relações que conectam as massas continental e aquática.

Nesse contexto, consolidam-se os estudos sobre "economia azul", evolução do conceito de "economia verde", apresentando novas formas de se pensar o mar como fonte de recursos. A agenda proposta combina elementos de governança, comércio e meio ambiente na tentativa de compreender o potencial econômico dos mares, seus limites e oportunidades. O trabalho de Bueger (2017) representa um esforço no aprofundamento conceitual do tema, revelando experiências práticas de diversos países. Seu artigo ressalta a economia azul como

---

<sup>8</sup> A Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar (1982) define os espaços marítimos dos países litorâneos em quatro principais determinações: o Mar Territorial, a Zona Contígua, a Zona Econômica Exclusiva e a Plataforma Continental.

<sup>9</sup> A página da MB sobre Amazônia Azul apresenta mapa e informações que esclarecem os números. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/content/amazonia-azul>.



---

amadurecimento das investigações sobre sustentabilidade, o que permite entender a discussão de forma integrada.

Assim, a atenção dedicada à preservação da Amazônia Azul, por sua importância econômica, científica e cultural, está caracterizada num espectro mais amplo da compreensão brasileira sobre suas riquezas naturais. A referência à já consagrada floresta representa o entendimento do governo de que o ecossistema marinho deve ser igualmente objeto dos esforços ambientais das instituições democráticas do país.

Pretendendo efetivar o conceito de "desenvolvimento sustentável" para além de uma definição textual, o governo brasileiro deve combinar a utilização racional de recursos com a preservação ecológica. A atividade econômica na Amazônia, seja em sua simbologia marítima ou na classificação geográfica da foz do rio Amazonas, apresenta oportunidades e desafios. A recente descoberta de bancos de coral em blocos de exploração petrolífera na área pode corresponder ao "maior recife do Brasil e um dos maiores do mundo", segundo o pesquisador da UFRJ, Fabiano Thompson<sup>10</sup>. Regulamentar a atuação de empresas estrangeiras nessa delicada região é um imperativo legal para que o país seja visto como responsável em suas atribuições perante a ONU.

Anda de mãos dadas com o ODS 14, um outro Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, que se propõe a conservar a Vida sobre a Terra: consiste no objetivo número 15, cujo enunciado prega a necessidade de “proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação dos solos e deter a perda de biodiversidade”<sup>11</sup>.

Os desafios certamente são maiores do que a ambição do ODS 15, considerando o contexto global: o planeta vive uma nova era de extinção, um novo momento

---

<sup>10</sup> Conforme reportagens dos portais UOL e Terra, de 16 abr. 2018.

<sup>11</sup> Nações Unidas Brasil - ODS 15 - <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods15/>



ENGAJAMUNDO



---

planetário sem precedentes, porque tem sido causado por ações antrópicas: 8% das espécies de animais conhecidas estão extintas e 22% em risco de extinção, sem incluir as espécies vegetais, historicamente exploradas a níveis insustentáveis. Avaliando as áreas produtivas, o mundo perdeu terras cultiváveis de 30 a 35 vezes maior que a média histórica<sup>12</sup>, com níveis altos de desertificação e degradação do solo, com perda anual de 12 milhões de hectares de áreas cultiváveis, afetando diretamente comunidades mais pobres de todo o planeta.

Dentro do contexto brasileiro, as ameaças à biodiversidade ocorrem em diferentes níveis: no político, a pressão da bancada ruralista e as tentativas constantes de afrouxar o licenciamento ambiental<sup>13</sup>; no território amazônico, a expansão das fronteiras agrícolas ligada ao desmatamento contínuo da floresta amazônica e o aumento do número de obras faraônicas de grande impacto ambiental; e dentro das possibilidades de combater a perda de diversidade biológica, há pouco investimento na ciência para prever impactos ambientais e combatê-los, além da carência de dados e métodos adequados para monitoramento e avaliação dos indicadores dos ODS<sup>14</sup>.

O Brasil, por conta de suas proporções continentais e diferentes zonas climáticas, possui também uma riqueza de flora e fauna que compõe a maior biodiversidade do planeta: nada menos que 20% do número total de espécies conhecidas da Terra. O grande grau de endemismo e de plantas com importância econômica mundial, além de sua elevada sociobiodiversidade, reflete a responsabilidade brasileira em termos de conservação e alcance das metas do ODS 15. Ao analisar somente o contexto amazônico, por sua extensão territorial, importância biológica e pelo grande interesse político e científico internacional, mesmo em

---

<sup>12</sup><http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals/goal-15-life-on-land.html>

<sup>13</sup> Comissão do Senado aprova PEC que derruba licenciamento ambiental para obras - <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,comissao-do-senado-aprova-pec-que-derruba-licenciamento-ambiental-para-obras,10000028489>

<sup>14</sup> Onde estão os indicadores que acompanham os objetivos de desenvolvimento sustentável? - <http://www.estrategiaods.org.br/onde-estao-os-indicadores-que-acompanham-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>



---

menor proporção que as pressões negativas, percebe-se um esforço e investimento para proteção e conservação da Amazônia, em diversos âmbitos.

Os esforços brasileiros parecem contraditórios: por um lado existe o Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), que é o mecanismo desenhado dentro da Declaração Conjunta Brasil-Alemanha sobre Mudança do Clima (um acordo firmado em 2015 entre os governos brasileiros e alemão) para “expandir e consolidar a totalidade de áreas protegidas no bioma Amazônia, de modo a assegurar a conservação da biodiversidade na região e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável de forma descentralizada e participativa”<sup>15</sup>. O Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa)<sup>16</sup> é considerado, hoje, o maior programa em conservação de florestas tropicais no mundo. Trata-se de uma ação do governo federal, coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e gerenciado financeiramente pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), com o objetivo de proteger, no mínimo, 60 milhões de hectares da Amazônia brasileira. Algumas outras estratégias se somam ao ARPA, como o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm)<sup>17</sup>, atualmente em sua 4ª fase, e a Política Nacional sobre Mudanças do Clima - PNMC, que tem como meta reduzir 80% do desmatamento na Amazônia Legal até 2020.

Por outro lado, as ameaças são enormes, e, como destacado pelo pesquisador Hélder Queiroz<sup>18</sup>, vão muito além das queimadas. Algumas ameaças ocorrem em pequena escala e em áreas de várzea da região, que representam quase um quarto de toda extensão da Amazônia, como a extração inadequada de madeira e de recursos pesqueiros, que podem impactar negativamente a biodiversidade tanto

---

<sup>15</sup> Brasil, Casa Civil (2002). Decreto nº 4326 de 8 de agosto.

<sup>16</sup> <http://www.mma.gov.br/mma-em-numeros/programa-arpa>

<sup>17</sup> Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal - <http://www.mma.gov.br/informma/item/616-preven%C3%A7%C3%A3o-e-controle-do-desmatamento-na-amaz%C3%B4nia>

<sup>18</sup> pesquisador do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), durante o sétimo encontro do Ciclo de Conferências 2013 do BIOTA-FAPESP Educação, realizado no dia 19 de setembro em São Paulo. - [http://agencia.fapesp.br/ameacas\\_a\\_amazonia\\_vao\\_muito\\_alem\\_das\\_queimadas/17908/](http://agencia.fapesp.br/ameacas_a_amazonia_vao_muito_alem_das_queimadas/17908/)



---

quanto o deflorestamento. Por serem menos perceptíveis por imagens aéreas, por ocorrerem no interior da floresta e fora do chamado “Arco do desmatamento amazônico”, podem passar despercebidos pelos órgãos fiscalizadores.

Somam-se a essas ameaças o fato da dependência energética do Brasil ser baseado em hidrelétricas (só na bacia do rio Amazonas já existem 140 barragens hidrelétricas em funcionamento e outras 428 estão em fase de planejamento<sup>19</sup>). Sendo que nesses investimentos muitas vezes ocorre desrespeito aos direitos humanos, alagamentos de áreas florestais, impactos profundos na biodiversidade e nas comunidades tradicionais, violação de leis e acordos internacionais e denúncias de corrupção generalizada<sup>20</sup> (a exemplo da relação entre Belo Monte, no rio Xingu, e a Operação Lava Jato). Outros impactos se referem à expansão da agropecuária, grandes obras de infraestrutura, a exploração madeireira, a grilagem de terras, o garimpo e a expansão dos assentamentos humanos, especialmente quando são feitas de forma ilegal ou sem obedecer a um zoneamento ecológico-econômico<sup>21</sup>.

Diante do cenário assustador, é necessário unir forças para combater a perda de biodiversidade, tanto em nível nacional quanto global, e essa luta está estritamente ligada ao cumprimento de todos outros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A apresentação específica dos desafios associados aos ODS 14 e 15 nessa coluna não deve ser considerada isoladamente. O Brasil é um país cujas riquezas ambiental, econômica e humana dependem de esforços crescentemente engajados pela sociedade e seus representantes.

Conhecer o problema é um primeiro passo numa longa jornada que envolve ideias, iniciativas, tentativas e rearranjos. Seja em sua vertente "azul" ou "verde",

---

<sup>19</sup> <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/568818-as-500-hidreletricas-que-ameacam-o-rio-amazonas>

<sup>20</sup> <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Hidreletricas-na-Amazonia-um-mau-negocio-para-o-Brasil-e-para-o-mundo/>

<sup>21</sup> [https://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/areas\\_prioritarias/amazonia1/ameacas\\_riscos\\_amazonia/](https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/ameacas_riscos_amazonia/)



---

a preservação da Amazônia consiste em um projeto de nação que se encontra constantemente em construção.

## **Referências**

BUEGER, Christian. Concepts in practice: The case of the 'Blue Economy'. In: ISH-SHALOM, Piki (ed.). "Concepts in Action/at Work: On the Meaning of Concepts in International Politics". 2017.

BRASIL. Decreto No. 99.165/90. Disponível em: <<https://goo.gl/xfMha2>>. Acesso em: 06 maio 2018.

ESCOBAR, Herton. "Marinha e MMA definem mapas das novas áreas protegidas, com exclusão parcial das ilhas". Estadão, 13 mar. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/EcVg4p>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

GAIER, Rodrigo; NOGUEIRA, Marta. "Greenpeace aponta corais em blocos operados pela Total na Foz do Rio Amazonas". Reuters, via Terra, 16 abr. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/ycNsg1>>. Acesso em: 06 maio 2018.

IBGE. Atlas geográfico das zonas costeiras e oceânicas do Brasil. Disponível em: <<https://goo.gl/ZuAjRF>>. Acesso em: 06 maio 2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Negociações da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015: Elementos Orientadores da Posição Brasileira. Disponível em: <<https://goo.gl/DEGLYs>>. Acesso em: 06 maio 2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Disponível em: <<https://goo.gl/fkQwqq>>. Acesso em: 06 maio 2018.

PONTES, Nádia. "Corais da Amazônia são encontrados sobre área com petróleo". Deutsche Welle, via UOL, 16 abr. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/4hhqud>> Acesso em: 06 maio 2018.

REDAÇÃO. "Baleia é encontrada morta com 29 quilos de plástico em seu estômago". Revista Galileu, 10 abr. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/ektZiC>>. Acesso em: 06 maio 2018.